

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: estudo de caso das práticas educativas de professores de apoio na rede pública

PIRES, Alexander Rodrigues dos Santos ¹ ; OLIVEIRA, Cláudia Alexandre de Freitas ²

¹ Graduação Pedagogia - UNIFAGOC

² Psicopedagoga Clínica e Institucional - UNIFAGOC



apires663@gmail.com
claudia.oliveira@unifagoc.edu.br

RESUMO

Esse artigo tem como principal objetivo analisar as práticas educativas dos professores de apoio à inclusão na rede pública de ensino regular. Portanto, foi realizado um estudo de caso numa escola estadual na cidade de Cataguases, com turma do 9º do Ensino Fundamental II, na qual se encontra um aluno com necessidades educacionais especiais com acompanhamento de um professor de apoio, que tem a função de facilitar e mediar acesso ao conteúdo repassado pelo professor regente. Porém, esse profissional acaba assumindo o papel de facilitador, tornando o desenvolvimento e aprendizagem cada vez mais difícil. Conclui-se que as práticas educativas dos professores sem a formação especificada em educação especial podem trazer prejuízos e déficits para o aprendizado do aluno de inclusão, uma vez que não possuem conhecimento específico sobre as deficiências e transtornos, utilizando-se de técnicas e métodos não adequadas para mediar o conteúdo com o conhecimento prévio desse aluno, tendo em vista que inclusão não é apenas o convívio social.

Palavras-chave: Professores de apoio. Atendimento educacional especializado. Inclusão escolar. Práticas educativas.

INTRODUÇÃO

Pensar na inclusão do indivíduo com alguma deficiência envolve vários fatores, e não somente a inclusão no ambiente escolar, pois é preciso compreender as dificuldades e diferenças no tocante à sua interação no âmbito social. Atualmente, fala-se muito na questão da inclusão escolar e nos benefícios que essa ação traz para o aluno.

A UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - 2005) classifica a inclusão como “uma forma dinâmica de responder positivamente à diversidade dos alunos e de olhar para as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades para enriquecer a aprendizagem”.

No Brasil, muito se tem feito para mudar atitudes e pensamentos sobre a exclusão de alunos com deficiência, buscando referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, implicando uma mudança estrutural e cultural da instituição.

Para ocorrer a inclusão escolar, é preciso que se tenha pleno conhecimento acerca do tema e não trabalhar tão somente na integração do indivíduo. As escolas, por mais que tentem mostrar que a inclusão acontece em suas unidades, ainda são regidas por um sistema de ensino tradicional no qual é possível verificar a divisibilidade no pensamento, no processo e em sua organização. Segundo Mantoan (2015, p. 23):

Os sistemas escolares relutam muito em mudar de direção porque também estão organizados em um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e com deficiência, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesse e naquele assunto.

De acordo com a autora, não pode haver uma divisão implícita, embutida na organização educacional. Se há a necessidade de uma escola inclusiva, "(...) é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças" (MANTOAN, 2015, p. 24).

A escola, como instituição inclusiva, exige mudanças estruturais, arquitetura física e pedagógica, assim como o seu papel social. Isso implica, também, a participação política com várias ações e adaptações que contemplem as necessidades especiais da inclusão, conforme descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm o direito, sem discriminação alguma, a igual proteção da lei. A este respeito a lei deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer natureza, origem nacional, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação. (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1948).

Apesar do amparo legal, é possível verificar evidências de que pessoas com necessidades educacionais especiais ainda sofrem com preconceito e discriminação, podendo ser um fator que dificulte seu desenvolvimento, principalmente os alunos com deficiência, já que pesquisas têm mostrado o quanto a inclusão é importante e o ganho que se obtém com ela, o que acaba por beneficiar a todos.

Inclusão escolar tem como objetivo comover e envolver a comunidade acadêmica, atribuindo formas de adaptações, promovendo atividades significativas. Segundo Mantoan (1998), é vital uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitadas as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares.

Pesquisas científicas mostram o quanto é importante a inclusão dos alunos com deficiência em salas regulares de ensino. Além dos ganhos sociais, os estudos apontam para ganhos cognitivos, a partir da vivência com as outras crianças, sendo uma vivência em sala de aula não segregada. Alguns fatores positivos apontados pelas pesquisas são as diversidades de pessoas e da metodologia educacional utilizada, interação social com crianças sem diagnóstico, oportunidade de construir conhecimentos e experiências e a aceitação social, que aumenta a autoestima dessas crianças.

O aprendizado humano também se dá por meio da imitação, ou seja, de fora para dentro. Tudo o que ele viu, ouviu e sentiu veio de uma figura humana presente no seu dia-a-dia, os pais, por exemplo, avós ou irmãos mais velhos. Exemplo disso é a fala, que além de sua estrutura biológica e neurológica, dá-se pelo aprendizado através de outro

ser que serviu de modelo. Diante desse pensamento, o convívio de uma criança com necessidades especiais, por exemplo um autista, com outras crianças típicas servirá de modelo, o que a levará a construir o comportamento desejável por pareamento, com pouca dificuldade.

Um profissional sem formação adequada pode trazer déficits e prejuízos para o aprendizado dos alunos de inclusão, uma vez que não possui conhecimento específico sobre as deficiências e transtornos e utiliza-se de técnicas e metodologias não adequadas para mediar e auxiliar nas atividades ao longo do ano letivo.

Rosseto (2015) fala sobre a importância da formação do professor com conhecimentos específicos para atuar com os alunos com necessidades educacionais especiais:

Por meio da SRM, o mesmo professor pode trabalhar com várias áreas. É questionável a viabilidade da execução de tarefas tão diversas por um mesmo profissional. Há uma grande distância entre o trabalho especializado a ser desenvolvido para a pessoa com deficiência física e para a pessoa surda, por exemplo. Cada área tem um conhecimento específico. Cabe a organização dos sistemas de ensino e a realização da formação constante para o professor. (ROSSETO, 2015, p. 5).

Diante das leituras sobre o tema, construiu-se o seguinte questionamento: qual a formação necessária para um professor atuar como especialista no atendimento educacional especializado?

Este artigo tem como principal objetivo analisar as práticas educativas dos professores do atendimento educacional especializado, com um estudo de caso na Escola Estadual Astolfo Dutra através de entrevista com um professor regente e com um professor do AEE relatando suas práticas e experiências vividas em sala de aula e/ou sala de recursos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva na escola

A Lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A educação inclusiva mostra o quão importante é olhar o outro de forma individual e coadjuvante, observando suas habilidades e dificuldades. Sendo assim, a escola deve ser um local no qual se encontram indivíduos de diferentes comportamentos, pensamentos e atitudes, por isso, é necessário implementar um ambiente de gestão que acolha as diferenças existentes, atribuindo e desenvolvendo valores e aprendizagem.

Incluir não deve ser somente matricular o aluno com deficiência em uma escola regular, mas, sim, assegurar ao professor e à escola o suporte necessário para a conduta pedagógica com o auxílio de um profissional de apoio que realize a mediação e auxilie o aluno nas atividades de sala, inserindo-o com o todo da turma.

A inclusão como processo social é ampla e vem acontecendo desde a década de 1950. A transformação da sociedade deve garantir que uma pessoa com necessidades educacionais especiais possa procurar seu desenvolvimento e exercer a cidadania (SASSAKI, 1997). Segundo o autor, a inclusão é um processo amplo com transformações pequenas e grandes nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades educacionais especiais, o que é corroborado por Carvalho (1998, p. 170): "(...) pressupõe continuamente, especiais todos sem exceção devem participar da vida acadêmica em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde devem ser desenvolvidas o trabalho pedagógico que serve a todos indiscriminadamente".

Educação inclusiva na sala de aula

Incluir uma criança com deficiência - intelectual, física, visual, auditiva ou múltipla - ou com alguma síndrome ou transtorno e que apresente necessidades educacionais especiais vai além de estar presente no diário de classe, de ter mobiliário adequado. Qualquer adaptação ou adequação não pode ser caracterizada como um plano paralelo ao currículo escolar aplicado a todos os alunos. É ter o direito de aprender como qualquer outra criança da sua turma, realizar as tarefas e se sentir parte de um todo. É compreender e aprender como ela aprende.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de janeiro de 2014, constitui um marco fundamental para as Políticas Públicas Brasileiras. A concretização do direito à educação, consagrado pela Constituição Federal de 1988 e por outros instrumentos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.349, de 20 de dezembro de 1996), perpassa pela garantia de que todos os cidadãos tenham oportunidade de acessar as instituições escolares e que encontrem nelas as condições propícias para concluir, na idade certa, suas etapas com níveis satisfatórios de aprendizagem.

De acordo com Bordenave e Pereira (2007), os métodos estão relacionados com a forma de oferecer ao aluno oportunidade de viver as experiências desejadas além, também, das maneiras de compor as atividades, isto é, estabelecer situações de ensino-aprendizagem em que haja uma alta expectativa que as ditas experiências realmente aconteçam.

Para Solé (1999), as estratégias podem ser utilizadas por qualquer professor para atingir todos os alunos como a aula expositiva, os debates, atividades em dupla, estudo dirigido, trabalho em grupo, apresentação de ideias, pesquisas, dramatização, planejamento da aula e tecnologia assistiva, possibilitando às pessoas com necessidades

educacionais especiais terem uma vida independente, com mais inclusão social.

Quando os alunos estudam juntos, das mais diferentes formas, podem se beneficiar com os estímulos e modelos comportamentais uns dos outros. Cada aluno precisa receber desafios e estar adaptado a diferentes paradigmas comportamentais para se desenvolver inteiramente.

Essas seriam algumas formas de se colocar em prática uma aprendizagem significativa com procedimentos acerca da ação educativa inclusiva a fim de atender as necessidades dos alunos e desenvolver técnicas de ensino-aprendizagem, assegurando que isso chegue para todos, respeitando as necessidades individuais e tornando o processo eficaz.

Cabe ao professor fazer a diferença na vida do aluno e não fazer diferença entre os alunos. Com isso, ele deve desenvolver meios a fim de certificar-se de que o seu aluno inclusivo está evoluindo em todos os aspectos dentro das suas possibilidades e limitações. Os meios adotados tanto pela escola quanto pelo professor podem, ou não, assegurar o desenvolvimento no processo de inclusão escolar das crianças com deficiência e deve ser revisto sempre que for percebido que o aluno não está apresentando o rendimento esperado.

Os recursos utilizados para o ensino-aprendizagem

O ensino e aprendizagem para os alunos com deficiência deve ser, também, através do lúdico, evidenciando suas capacidades, minimizando os efeitos de sua deficiência, buscando, através da sua necessidade educacional, o desenvolvimento para alcançar os objetivos e ganhos no aprendizado.

De acordo com Souza (2007, p. 112-113 *apud* SILVA, 2012, p. 2) o “recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem do conteúdo proposto a ser aplicado, pelo professor, a seus alunos (...)”.

A utilização dos mais variados recursos didáticos no processo de aprendizagem é importante para que o aluno aprenda o conteúdo atribuído desenvolvendo sua criatividade, habilidade, coordenação motora, habilidade de manusear objetos diversos, entre outros. O professor deve estar preparado com embasamento teórico, ter objetivos claros e trabalhar utilizando vários recursos como: jogos coloridos; tecnologia assistiva; livros falados; atividades utilizando mouse e teclado no computador; alfabeto móvel; numeração associada a placas das faces do dado, entre outros, e atualizar-se, a todo momento, a fim de cumprir sua missão: ensinar.

Segundo Moratori (2003, p. 14), o jogo é considerado como importante meio educacional, pois possibilita o desenvolvimento integral e dinâmico nas áreas cognitivas, afetivas, social, moral, linguística construção da autonomia, responsabilidade, cooperação e criatividade.

Existem vários recursos didáticos que podem ser utilizados no processo de ensino-aprendizagem para o atendimento educacional especializado (AEE), por isso, faz-se

necessário que este profissional tenha conhecimento sobre as deficiências e informações precisas a respeito de seu aluno, facilitando tanto o contato quanto a elaboração de estratégias para estimulá-lo.

Atendimento Educacional Especializado

A educação especial é um tipo de ensino que passa por todos os níveis e etapas, da educação básica ao ensino superior, e possibilita o atendimento educacional especializado (AEE), cujo objetivo é orientar professores e alunos sobre os meios necessários para utilização em sala de aula.

A Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, diz:

(...) que o sistema de ensino deve matricular o aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado e pode ser ofertado em sala de recurso multifuncionais e no centro de atendimento educacional especializado da rede pública de ensino ou instituição comunitária confessionais ou filantropia sem fins lucrativos.

O atendimento educacional especializado auxilia na formação do aluno, desenvolvendo a autonomia e independência na escola e fora dela, organizando e elaborando atividades que o auxiliem no aprendizado acerca dos conteúdos abordados na sala de aula. O AEE é uma acessibilidade que elimina as barreiras para a plena participação do aluno não somente na escola, mas também na sociedade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada na Escola Estadual Astolfo Dutra, localizada na cidade de Cataguases-MG, com objetivo de analisar e discutir qual o preparo/conhecimento que os professores do Ensino Fundamental I possuem para lidar com os alunos com NEE em sua sala de aula. Através dessa iniciativa, foi proposta uma pesquisa descritiva sobre as práticas educativas dos professores de apoio à inclusão, relatando sua contribuição para os avanços de seus alunos. Gil (1999) identifica a pesquisa descritiva como aquela que estuda, analisa e conhece uma determinada população, estabelecendo relações entre as variáveis.

A abordagem Vygotskyana mostra que o desenvolvimento do homem é fruto de experiências históricas e culturais, de modo que essa abordagem procura assimilar o indivíduo dentro do seu contexto a partir do convívio social estabelecido, percebendo a realidade humana dentro de uma perspectiva de totalidade do sujeito.

Com base nesse assunto, analisou-se o quanto o profissional de apoio precisa ter uma boa formação, pois sua ação auxilia no avanço e melhoria do desenvolvimento e na

vida social do seu aluno, tendo total flexibilidade no requisito de facilitar a acessibilidade e eliminando barreiras futuras, tornando a inclusão significativa a fim de combater o preconceito e buscar o reconhecimento e a valorização das diferenças.

A Escola Estadual Astolfo Dutra atende todo e qualquer tipo de aluno, e seus professores fazem uso de diferentes métodos de ensino. Para a pesquisa, foi utilizado o questionário, que, segundo Carmo (2013, p. 1), “é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se verificar se os objetivos de um projeto foram atingidos”. O questionário foi aplicado a dois professores de apoio, um com formação em inclusão escolar e psicopedagogia; o outro, com formação em Letras. O questionário foi enviado no dia 08 de maio de 2020.

Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Segundo Vergara (2006), a pesquisa bibliográfica é baseada em material publicado em livros, revistas, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Ventura (2007), por sua vez, define estudo de caso como uma investigação empírica, que compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os resultados obtidos com os professores entrevistados, o grande desafio é a conscientização dos familiares quanto à necessidade de aquele aluno ter acompanhamento de um profissional de apoio e a disponibilidade da área da saúde quanto aos recursos para que seja feito um tratamento efetivo com terapeuta, fisioterapeuta, fonoaudióloga e psicopedagoga.

O outro desafio é dentro da escola, pois alguns educadores não têm a formação específica para estar auxiliando os alunos com necessidades educacionais especiais e os recursos utilizados no processo de ensino e aprendizagem não contemplam os alunos de inclusão. Portanto, é vista a necessidade de o professor regente ter capacitação e/ou conhecimento específico para compreender como esses alunos aprendem, tendo em sua sala de aula o professor auxiliar ou de apoio com especialização na educação inclusiva para desenvolver uma aprendizagem significativa.

O diagnóstico e a conscientização dos familiares devem ser considerados como uma necessidade para uma intervenção eficaz nas suas dificuldades, em primeiro lugar dentro de sua casa e, posteriormente, nos outros ambientes de convívio social. A busca por profissionais especializados tanto na área educacional quanto na área da saúde contribuirá para ações específicas e assertivas para o desenvolvimento integral do aluno.

Para Sasaki (1997, p. 114), “a inclusão causa mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoiam todos os envolvidos para que obtenham sucesso”.

Devem ser realizados ajustes na estrutura escolar e, principalmente, ofertados

cursos de capacitação ao professor regente devido a não ter especialização para dar suporte necessário ao aluno de inclusão. É preciso, ainda, que os professores regentes e de apoio, que possuem alunos com necessidades educacionais especiais em suas salas de aula, tenham um engajamento maior para que ocorra um ensino efetivo e significativo, inclusive, com a flexibilização do currículo escolar.

Nas escolas públicas de periferia de Cataguases, o principal problema encontra-se no diagnóstico do aluno de inclusão, uma vez que não é possível a busca por um laudo médico no Sistema Único de Saúde (SUS) devido à lista de espera por uma consulta com médico especialista no posto de saúde da prefeitura e/ou valor muito alto de uma consulta médica particular ou, ainda, à não aceitação por parte da família de que o filho apresenta um problema.

Segundo os professores entrevistados, não só o município de Cataguases, mas as outras cidades também não possuem recursos para encaminhar esse aluno para profissionais como psicopedagogo, fonoaudiólogo e psicólogo ou outro profissional da área da saúde ou educacional.

Segundo alguns dados coletados com os professores entrevistados, o aluno da rede estadual também não recebe o mesmo suporte multidisciplinar, apesar da verba que vem do Estado ter que abranger todos os discentes, independentemente da esfera que a escola contempla. É perceptível essa situação na questão da educação inclusiva.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), sendo uma instituição não governamental, tem apoio de profissionais como fonoaudiólogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional e psicólogo, enquanto na escola pública não há esse apoio multidisciplinar. O aluno assistido por essa instituição é inserido nas escolas públicas por meio da educação inclusiva, porém os professores sem cursos de especialização não sabem como lidar com esse alunado e, na maioria das vezes, não tem em sua sala de aula o atendente educacional especializado para o auxiliar, o que faz com a inclusão não seja efetiva como deveria ser.

A comunidade escolar faz tentativas para se adequar às necessidades educacionais especiais com os próprios recursos que possui, com os profissionais admitidos nas designações, não sendo suficiente para o aluno de inclusão.

A grande dificuldade que se encontra no processo de inclusão é quando aluno não possui laudo médico especificando sua síndrome ou transtorno, mas a família tem ciência de que há algum tipo de deficiência e, por falta de recursos financeiros ou por falta de conhecimento, não procura auxílio ou orientação, o que favorece prejuízos no aprendizado do aluno sem ter o profissional adequado para auxiliá-lo.

[...] Alguém tem por obrigação treinar esses profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Essa preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido de estabelecimento da escola inclusiva. (ALVES,2009, p. 45-46).

Segundo o autor, é importante não só o professor de apoio ter a formação específica, mas, sim, todos os funcionários da escola, desde a direção escolar até o merendeiro, pois todos auxiliam o aluno de inclusão e participam diretamente no desenvolvimento e no processo de ensino-aprendizagem promovendo a autonomia dentro e fora da escola.

De acordo com as entrevistas realizadas com as professoras, comprova-se a teoria de Carvalho (2004) quando diz:

Os professores da escola regular demonstram algumas resistências devido a insegurança em trabalhar com esses alunos com necessidades educacionais especiais, porém tais resistências devem ser encaradas como naturais uma vez que tudo é novo tende a assustar e a mudança é um processo lento e, muitas das vezes, sofrido, porém não impossível. (CARVALHO, 1998, p. 115).

Isso se deve tanto à formação acadêmica insuficiente desse profissional, quanto às barreiras arquitetônicas, curriculares e de atitudes existentes no ambiente escolar e completa, segundo a autora, a qual ainda afirma que “as diversidades da sala de aula são fatores favoráveis à troca de conhecimento, ao desenvolvimento favorável e ao convívio amigável” (CARVALHO, 1998, p. 114).

Uma boa formação requer preparo e capacitação, bem como desenvolvimento do potencial dos alunos, respeitando suas diferenças e atendendo as suas necessidades. É necessário refletir sobre os aspectos da educação inclusiva, propondo maneiras de remover barreiras para o ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o professor auxiliar ou de apoio, bem como o professor regente de uma turma necessitam de conhecimentos específicos sobre educação inclusiva para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais, aprimorando novos entendimentos acerca das práticas educativas de apoio à inclusão, visando à função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos.

Percebe-se a importância do trabalho de pesquisa realizado, que aponta para uma defasagem na estrutura da equipe pedagógica da escola e, com isso, deve-se continuar a investigação sobre o tema para que os alunos de inclusão não tenham prejuízos no processo de ensino-aprendizagem devido a não ter profissionais especializados dentro da sala de aula.

Acredita-se que somente através de profissionais capacitados e com especialização na educação inclusiva dentro do ambiente escolar acontecerá a inclusão da forma efetiva, promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem correta.

REFERÊNCIAS

ALVES F. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.349, de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9349.htm. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência** (2015). Lei Brasileira de Inclusão. Lei nº 13.146, de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146-htm. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CBE nº 4**, de outubro de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 05 maio 2020.

CARMO, V. **O uso de questionários em trabalhos científicos**. UFSC, Santa Catarina, 2013. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/O_uso_de_questionario_em_trabalhos_cientifcos.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020

CARVALHO, R.E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MANTOAN, T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MANTOAN, T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 1ª reimp. São Paulo: Summus, 2015.

MORATORI, P. B. **Por que utilizar jogos educativos no processo de ensino aprendizagem?** Dissertação (Mestrado em Informática aplicada à educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ROSSETO, E. A formação do professor do atendimento educacional especializado: a educação especial em questão. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 51, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/13367/pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, M. A. S. *et al.* Utilização de recursos didáticos no processo de ensino e aprendizagem de ciências naturais em turmas de 8º e 9º anos de uma Escola Pública de Teresina no Piauí. In: **VII CONNEPI CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO**, 2012, Palmas, Tocantins, f. 1-6.

SOLÉ, L. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed; 1999.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, Rio de Janeiro, v.

20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 20 de março 2020.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.